

## Considerações sobre a expressão *hó pote ón* em *Física IV 10-14*

Felipe Gonçalves Pinto  
Mestrando em Filosofia do PPGF/UFRJ

Pretendemos, neste trabalho, realizar uma análise das ocorrências da expressão *hó pote ón* na *Física* aristotélica. Todas elas apresentam-se no trecho comumente chamado *Tratado do Tempo* (*Física IV 10-14*), e mostram-se intimamente ligadas às aporias que abrem tal tratado. Como não teremos espaço para detalhar o prólogo aporético do texto, basta-nos, por enquanto, apontar que se trata da impossibilidade de aplicar diretamente a explicação acerca do movimento (*kinésis*), empreendida especialmente no livro I da obra, ao caso do tempo (*khronos*). Tal impossibilidade, segundo nosso parecer, assenta na dificuldade em fixar no âmbito temporal um elemento tão caro à teoria das causas e princípios do móvel, que é o subjacente (*hypokeîmenon*).

É de se notar que, em *Física IV 10-14*, o termo *hypokeîmenon* não apareça em momento algum referido ao âmbito temporal – na verdade, o termo aparece apenas uma vez, em 223 a 1, e é relacionado ao ente móvel. Junta-se a isto o fato de que, em diversos momentos em que se esperaria de Aristóteles o uso desta noção, o que aparece, de fato, é a expressão *hó pote ón*.

Esta expressão aparece dez vezes em todo o *corpus* aristotélico: sete vezes no tratado do tempo [ARISTÓTELES. *Física*, 219 a 19 ss., 219 b 12, 219 b 14 s., 219 b 18, 219 b 26, 220 a 8, 223 a 25], duas vezes no segundo livro do tratado *Das Partes dos Animais* e uma vez no tratado *Da Geração e da Corrupção*. Segundo a cronologia estabelecida por W. Jaeger, sua primeira aparição é na *Física* – nomeadamente, no passo 219 a 18-21.

Seguiremos, na análise da estrutura OPO, o bom senso de Rémi Brague [Cf *O Tempo em Platão e Aristóteles*, p. 110.], em começar pela sua primeira ocorrência, já que a primeira aparição de uma expressão de tamanha importância deve nortear e situar as ocorrências seguintes.

Situemos o passo em que se dá esta primeira ocorrência [*Física*, 219 a 19 ss.: *ésti dê tò próteron kai hýsteron en têi kinései hò mén pote ón kinésis estin. tò méntoi eînai autôi héteron kai ou kínêsis*] : Aristóteles se encaminha à definição do tempo, tendo já constatado que o tempo ou é movimento ou é algo do movimento. Não sendo movimento, resta a segunda opção. Após transpor a continuidade do movimento ao tempo, Aristóteles investiga o anterior e posterior no lugar, no movimento e no tempo. Convém aqui apontar que Aristóteles faz uso, quase sempre, da expressão *tò próteron kai hýsteron*. Portanto, “o anterior e posterior”, e não

“o anterior e o posterior”. Trata-se de uma estrutura e não apenas de dois elementos desconexos.

O trecho é, assim, peça chave para compreender a comparação entre o tempo e o movimento no que diz respeito ao anterior e posterior. Embora, como se pode perceber com uma simples mirada no texto, não apareça aí o termo *hypokeîmenon*, seu uso é abundante pelos comentadores. Um deles, Torstrik, chega a substituir no texto a frase OPO por *tò hypokeîmenon*<sup>3</sup>. Para Ross [*Aristotle's Physics*, p. 598], “o anterior e posterior na mudança são idênticos em *substratum* à mudança, mas diferentes em essência”. A frase é entendida da seguinte forma: S (*tò próteron kai hýsteron en têi kinései*) é P (*hò mén pote òn kinêsis*). [Ross segue Simplicio e deixa em suspenso o *estin* de 219 a 21]

Mas, de onde provém a opinião de que aí se trata do subjacente?

A frase OPO é composta pelo pronome relativo *hó*!, pelo advérbio *pote* e pelo verbo *eimí* no particípio presente neutro, *ón*. Podemos traduzi-lo, inicialmente, por “o que [está] sendo em certo momento”. Mas ainda não encontramos vestígio do subjacente. A leitura que insere o subjacente onde não há ganha sentido na frase que vem a seguir: *tò méntoi eînai autôi héteron kai ou kinêsis* (seu ser, porém, é distinto e não é movimento).

Mas o que ocorre com OPO segundo estas leituras? Torna-se mero adendo, frouxo, para marcar uma oposição ao *eînai*. No entanto, dada a insistência do uso de OPO e da ausência de *tò hypokeîmenon* no tratado do tempo, é justo lançar suspeita sobre tal interpretação. Além disso, a maior parte das ocorrências se concentram na discussão acerca do agora (*nÿn*), o que parece evidenciar seu papel indispensável na apreensão da diversidade de aspectos do agora.

Segundo Rémi Brague [op. cit, pp. 113 ss], *en têi kinései* não restringe *tò próteron kai hýsteron*, mas o primeiro *ésti*. O artigo no dativo *têi*, cujo uso é inesperado, indica estar na locução *en têi kinései* o sujeito do verbo no particípio, sendo o predicado deste o pronome relativo neutro *hó*. Já *kinêsis*, justamente por não vir acompanhado de artigo, é predicado à OPO pelo último e polêmico *estin*. O fato de o sujeito de OPO ser feminino e o particípio estar no neutro explicar-se-ia, segundo Brague, pelo predicado em *hó*, “atraindo em gênero a cópula”[ Ibidem, pp. 113 s. “Esse fenômeno de atração, aliás, é justamente o que permite corroborar a análise do relativo como predicado. Essa análise não se produziria caso ele fosse sujeito”.]

Por fim, nossa tradução, acompanhando a discussão acima

---

<sup>3</sup> TORSTRIK, Adolf. *Ueber die Abhandlung des Aristoteles von der Zeit, Phys. D 10 ff.*, em *Philologus*, t. XXVI (1867), p.464 s. Cf. BRAGUE, op. cit., p. 112.

disposta, seria: “o anterior e posterior é, no movimento, aquilo que, sendo a cada vez, é movimento. Seu ser, porém, é distinto e não é movimento”.

A segunda passagem em que ocorre OPO é 219 b 10-12. Será a partir desta ocorrência que poderemos ver as conseqüências mais contundentes sobre as posições dos comentadores quanto à interpretação de OPO. A expressão aparece aqui com o verbo no imperfeito, *ên*, ao invés do particípio presente, *ón*. Segundo Torstrik, “essas palavras não admitem nenhuma explicação”. [Ibidem, p. 125] Brague aceita o desafio de Torstrik, mas não encontra outra solução senão a de tomar a passagem como uma nota de *lector eruditus*, que anteciparia uma conclusão posterior “em uma fórmula tão resumida que ela se torna obscura”. [Ibidem, p. 127]

O comentador francês aponta, de início, dois problemas dos quais qualquer interpretação e tradução da frase deve tratar. O primeiro deles, de ordem sintática, é saber a que se refere *hó pot' ên*. Sendo introduzida por um relativo, esta expressão não poderia ligar-se ao *tò autó*, pois então seria necessário um *hóper* ou um *hóspér*. A outra opção é que o relativo retome *tò nÿn*, mas a ordem da frase não parece indicar isto, visto que ambas as partes encontram-se separadas por *tò autó*. Além disso, há o problema de compreender a posição da frase no contexto. Se, por um lado, *hó pot' ên* confunde e obscurece o sentido, por outro lado, sua supressão deixaria a frase bem acabada em seu sentido: “todo o tempo simultâneo é o mesmo, pois o agora é o mesmo – ainda que distinto quanto ao seu ser – e é justamente o agora, enquanto anterior e posterior, que delimita o tempo”. Este é o argumento de Brague para considerar a fórmula em questão como um adendo posterior e, ainda que implicitamente, descartá-lo. Com isso, Rémi Brague não faz senão reforçar o desafio lançado por Torstrik.

Recentemente, Serge Margel, [*Le Concept du Temps*] leitor de Brague, tentou dar nova vida à passagem. Ainda que cite freqüentemente seu conterrâneo, omite-se de comentar as dificuldades sintáticas observadas por Brague em seu estudo. Margel considera *hó pot' ên* como essencial ao desenrolar da reflexão aristotélica sobre o aspecto paradoxal do agora, traduzindo o trecho por: “*le maintenant, qui était chaque fois jadis, est le même*”. Como se vê, ele deixa de lado a lição de Brague sobre a distância de *tò nÿn* e *hó pot' ên*.

Pois bem, considerando que este é o texto a que temos acesso – este mesmo com *hó pot' ên* – e que o termo em litígio não é algo corriqueiro, mas, ao que parece, fundamental na compreensão aristotélica do tempo, não nos cabe deixá-lo de lado. Certamente, omitindo-o, a passagem ganha clareza de sentido, mas talvez seja este um outro sentido, por mais sutil que seja a diferença, em relação ao passo lido com *hó pot' ên*. O argumento de Brague para a desconsideração de *hó pot' ên*, portanto, não

convence.

Quanto ao problema sintático, devemos nos perguntar se há alguma mudança de sentido entre relacionar *hó pot' ên* a *tò nÿn* ou a *tò autó*. No primeiro caso, teríamos “pois o agora que era outrora é o mesmo” e, no segundo caso, “pois o agora é o mesmo que era outrora”. Há alguma diferença entre ambos? Não, pois *tò autó* é *tò autó nÿn*. A questão “a qual dos dois termos se refere o *hó pot' ên*?” começa por um erro, uma vez que se refere a ambos na unidade do mesmo. Ademais, o próprio argumento de que *hó pot' ên* não poderia se referir a *tò nÿn*, por estar separado deste por um outro neutro, não se sustenta caso se aceite seu outro argumento, contra a referência de *hó pot' ên* a *tò autó*.

É perfeitamente possível e conveniente, assim, traduzir *tò gàr nÿn tò autó hó pot' ên* por “pois o agora que era outrora [é] o mesmo”. O *estín* elíptico teria aqui o sentido de permanecer. Teria, não fosse o caso de se tratar do agora. Pois é justamente o agora que funda a noção de permanência. Permanecer é insistir no agora. E por isso, fica vedado a Aristóteles falar do agora como subjacente (*hypokeîmenon*). O que é dito neste passo é que a identidade do agora se funda em sua repetição diferenciada, em seu ser-outro (*tò d' eînai autôî hétéron*). Esta é a solução encontrada pelo Estagirita para duas aporias: (a) “o agora não sendo, mas sendo anteriormente, carece findar-se em algum momento (*poté*), e os agoras não são simultâneos uns aos outros” (ARISTÓTELES, *Física*, 218 a 14 s); e (b) “o agora não é capaz de permanecer o mesmo” (Ibidem, 218 a 21 s).

Solução: o agora não cessa nem permanece, mas se repete diferentemente, ou “o agora que era outrora é o mesmo, justamente porque seu ser é distinto”.

Esta interpretação nos permite lançar alguma luz sobre um assunto no qual ainda não tocamos: qual o sentido de *pote* em OPO? Traduzimos, mais acima, evasivamente, no caso de *hó pot' ên*, por “outrora”. Há uma tradicional discussão sobre a determinação ou indeterminação do *pote* enquanto momento. No entanto, não se coloca em suspeita a noção de *pote* como momento na referência ao agora (*tò nÿn*), como é o caso em 219 b 11. Causa certo mal-estar pensar que o agora seja em determinado (ou indeterminado) momento. A frase, assim, beira o absurdo. A noção de *pote*, ao menos na expressão que investigamos, deve ser haurida do caráter repetitivo do agora. Resolvemos o constrangimento, portanto, pensando o *pote* como cada dar-se do agora ou, simplesmente, como “a cada vez”.

A terceira ocorrência de OPO ocupa lugar central no estudo do agora. O trecho, 219 b 12-16, segue imediatamente aquele onde se encontra

*hó pot' ên*, explicitando o modo como o agora é a cada vez o mesmo, embora seu ser seja distinto. Assim traduzimos o trecho 219 b 12-16:

O agora é, por um lado, enquanto o mesmo e, por outro, não é enquanto o mesmo. Pois, na medida em que é a cada vez outro, é distinto (e isto era ser para o agora). Mas, o agora, sendo a cada vez o que é, é o mesmo. (ARISTÓTELES, *Física*, 219 b 12-16)

O sentido da passagem: na medida em que agora é isto ou aquilo, o agora é sempre outro (este outro consome o agora e é seu ser), mas na medida em que, a cada vez em que isto ou aquilo é, dá-se o agora, o agora é o mesmo.

É certo que o que é predicado na frase *hò dé pote ón esti tò nÿn*, *tò autó é tò autó*, mas qual seja o sujeito é o que devemos investigar. Não pode ser o relativo, pois assim estaria dito que o que o agora é, sendo a cada vez, é o mesmo, isto é, o ser do agora é o mesmo. Mas é justamente o contrário disto o que é dito na frase anterior. Tampouco temos o direito de entender a frase como “o subjacente do agora é o mesmo”, visto que Aristóteles não faz uso do termo *hypokeîmenon* (subjacente), cunhado como conceito por ele mesmo. Portanto, o sujeito deve ser *tò nÿn*, como se espera desde a leitura da frase anterior (resumindo: o ser do agora é outro, mas o agora é o mesmo). O relativo *hó* é predicado do particípio *ón* e sujeito de *esti*. Quanto à cópula que há entre *tò nÿn* e *tò autó*, trata-se de um *esti* elíptico, o que explica a posição da vírgula entre ambos.

O problema tratado neste passo impõe-se, claramente, a partir da tarefa de dizer o agora. Dizemos “agora é noite”, isto é, o ser do agora é noite. Dizemos “agora é dia”, isto é, o ser do agora é dia. O ser do agora é, a cada vez, distinto. Porém, sempre que algo é, seja dia seja noite, o agora é, e nesta medida ele é o mesmo. No entanto, o plano lógico apenas insinua um problema maior. Em primeiro lugar, em qualquer enunciação do agora como “agora é dia”, o que dele é enunciado é um acidente, mas uma espécie de acidente essencial ou uma essência accidental.

Em segundo lugar, a substantivação do agora torna-se problemática, pois ele se consome todo pela atualidade do ente que lhe é predicado. O uso de OPO serve à tentativa aristotélica de dizer algo de um sujeito que, ontologicamente, não é sujeito, não é subjacente a nada, mas que coincide com todo móvel que atualmente é.

Dado este passo, Aristóteles segue, retomando a relação entre o tempo ao movimento e à magnitude. É neste contexto que encontramos a quarta ocorrência de OPO, em 219 b 16-21. Tradução de 219 b 16-21:

E, igualmente, ao ponto segue [*akoloutheĩ*] o deslocado, pelo qual conhecemos o movimento e o anterior e o posterior no movimento. O deslocado é o mesmo sendo a cada vez (seja um ponto, uma pedra ou qualquer coisa do tipo), mas o modo de dizê-lo é distinto, do mesmo modo como os sofistas concebiam serem distintos o Corisco no Liceu e o Corisco na Ágora. (ARISTÓTELES, *Física*, 219 b 16-21)

Nesta passagem temos OPO relacionado, não ao agora, mas ao deslocado (*tò pherómenon*). Impõe-se, logo, a pergunta: por que Aristóteles não usa aqui o termo *hypokeĩmenon*, que seria conveniente, segundo nossa reflexão, ao ente móvel, mas não ao agora? Primeiramente, devemos elucidar o passo e, depois, repetir a pergunta.

O Estagirita, a esta altura, adentrar a relação entre o agora, o ponto e o deslocado. Na verdade: no horizonte da questão do tempo e do agora, Aristóteles relaciona o deslocado ao ponto. É assim que deve ser lida a passagem, e não como uma ligação qualquer entre a geometria e o movimento. O uso de OPO, ao invés de *hypokeĩmenon*, já parece indicar que não se trata da mesma perspectiva dos primeiros livros da *Física*. Isto é ratificado pela citação da sofística: com o agora se passa o que os sofistas acreditavam passar com o móvel. Os sofistas não concebiam algo – como, para Aristóteles, o subjacente – que perdurasse às transformações e, por isso, julgavam que o ser de Corisco em um lugar era distinto do ser de Corisco em outro lugar.

Pela comparação com a concepção sofística sobre o ser (*eĩnai*), é razoável que o *lógos* (*tõĩ lógõĩ*) da linha anterior se refira à predicação essencial acerca da essência primeira, ou seja, trata-se da definição.

Ao nosso estranhamento inicial quanto à ausência da noção de subjacente para tratar do deslocado, juntamos que Aristóteles, neste passo, põe-se de acordo com os sofistas no que diz respeito à predicação essencial. Ora, estas *surpresas* são, ao menos, coerentes entre si. Caso se aceite que a definição do móvel é a cada vez outra, deve-se aceitar a tese sofística.

Mas, qual a razão de Aristóteles propor uma tese tão contrária à sua teoria? Só conseguimos compreender sua razão se lermos o passo não como uma tese sobre o deslocado, mas como uma explicitação do caráter do agora por meio de uma comparação com uma hipótese. Ou seja, o agora se comporta como o deslocado sob a ótica sofística. Trata-se, claramente, de um artifício retórico usado pelo Estagirita para falar de um sujeito que, repetimos, não é sujeito algum. A estrutura é a mesma que a da anedota que diz ser o nada uma faca sem lâmina da qual tiraram o cabo.

Retomando o texto aristotélico, poucas linhas depois, em 219 b

26 ss., tropeçamos novamente com OPO, em um passo cuja importância reside em mostrar que: (a) embora os limites de *um* tempo sejam o mesmo (o agora), seu ser é distinto e (b) o agora funda-se na tensão do anterior-posterior.

Sobre (a): o agora anterior e o agora posterior não podem ser idênticos, pois não é possível que coisa alguma que seja finita e divisível tenha um só limite [Ibidem, 218 a 22 ss], mas tampouco podem ser completamente distintos, pois então o agora anterior teria de deixar de ser em algum agora e o faria em algum agora posterior e, conseqüentemente, os agoras anterior e posterior seriam simultâneos. Resta que no agora anterior e no agora posterior, “o agora, sendo a cada vez o que é, é o mesmo”, mas o ser (do agora anterior e do agora posterior) é distinto.

E, então, sobre (b): “pois o agora é o anterior e posterior enquanto numerável” (*hēi arithmētòn gàr tò próteron kai hýsteron, tò nŷn éstin*). O *arithmētòn* não pode ser entendido aqui apenas como quantificável. A noção de *áarithmos* diz o resultado do ato de articular, organizar, conjuntar. E é este resultado que permite a contagem, o quantificar. Por isso, Aristóteles faz de *próteron kai hýsteron* uma expressão, ou seja, trata-se de uma articulação. E o número é, propriamente, isto: uma articulação.

Devemos, portanto, forçar uma nova tradução que deixe evidente nossa interpretação: “o agora é a possibilidade da articulação anterior-posterior”. Com isto, dizemos que a identidade do agora é sua possibilidade de vir a ser outro a cada vez, sem que, com isso, deixe de ser (i. é, sem que deixe de ser *agora*). Somente podemos perguntar pelo agora, quando percebemos o que é na tensão do que foi e do que há de vir. Por isso, Aristóteles diz que quando percebemos o agora como um, não percebemos o tempo, pois não percebemos o movimento [ARISTÓTELES, *Física*, 219 a 30-33]

Na verdade, quando percebemos o agora como um, nem mesmo vemos o agora, mas apenas o que ele é. Percebemos, *stricto sensu*, o agora, quando confrontamos agoras distintos e nos damos conta de que seu caráter é ser sempre outro. E é a possibilidade de ser sempre e sempre outro (i, e, a possibilidade da articulação anterior-posterior) que é o agora.

Sua determinação como possibilidade de articulação de um anterior e um posterior provém do fato de ele mesmo já ser “o anterior e posterior no movimento”. Ou seja, seu estatuto, enquanto o mesmo, é ser sempre anterior a algo e posterior a algo. Em razão disto, é a partir do agora que se mostram um instante qualquer anterior – do qual o agora é posterior – e um instante qualquer posterior – do qual o agora é anterior. Na medida em que se mostram o agora anterior e o agora posterior, torna-se claro que o

conteúdo (o ser) de ambos é distinto, porém articulado pelo agora que atualmente é, e é o mesmo. Passemos, assim, à próxima ocorrência de OPO, que se dá em 220 a 7 s. Tradução de 220 a 7 s:

Pois também o movimento e o deslocamento são unos em função do ente deslocado, que é um (mas não porque está a cada vez sendo deslocado – pois pode haver interrupções –, mas pela definição). (ARISTÓTELES, *Física*, 220 a 7s)

A expressão aparece novamente referida ao deslocado (*tò pherómenon*), mas, desta vez, de modo negativo. Devemos, de imediato, retomar 219 b 16-21. Desta passagem dissemos tratar-se de uma hipótese, um artifício usado por Aristóteles para elaborar um discurso sobre um não-sujeito.

Nossa tese é ratificada agora em 220 a 7 s.: o ente deslocado não possui o mesmo caráter do agora. O que doa unidade ao deslocamento é que o ente deslocado é, por definição, o mesmo do início ao fim, mas não porque a cada vez – e aqui já podemos ler “a cada agora” – ele está efetivamente em deslocamento (e não em repouso). Já a unidade do tempo é dada pelo agora que, sendo a cada vez o que é (seja dia, seja noite), é o mesmo, mas seu ser é sempre outro.

Após um salto no texto de Aristóteles, encontramos a última ocorrência de OPO em 223a25-29. Trata-se das considerações finais acerca do tempo, e o tema em questão é, especificamente, a existência do tempo sem a alma (*eĩnai khrónon psychês mē ousês*). Tradução de 223 a 25-29:

Se nada que não a alma ou a percepção pura da alma por natureza numere, impossível ser o tempo não sendo a alma, a não ser o tempo sendo aquilo que a cada vez é, da mesma forma como se acredita haver movimento sem alma, e o anterior-posterior é no movimento. Mas o tempo é o anterior-posterior enquanto numeráveis (ARISTÓTELES, *Física*, 223 a 25-29)

Aristóteles lança uma hipótese: “se nada que não a alma ou a percepção pura da alma por natureza numere, impossível ser o tempo não sendo a alma”. Concluimos daí que o tempo depende da alma e é uma ocorrência psíquica. Mas o tempo é algo do movimento e, se é o tempo aquilo que determina o sentido do ser-em-movimento, se há anterior-posterior no movimento mesmo sem alma, há tempo. Mas o tempo que, então, é, é justamente a possibilidade de articulação do anterior-posterior no movimento. Portanto, a existência do tempo requer a existência da alma.

O Estagirita não parece estar ocupado, neste passo, em propor uma resposta à pergunta “há tempo sem alma?”, mas, sim, em elaborar a pergunta e lançá-la como uma aporia. Por um lado, o número – seja como numerado, seja como numerável – necessita de um ente capaz de numerar. Por outro lado, não basta haver o numerante, se não houver aquilo de que o tempo é número, i. e, o movimento. E se o tempo é aquilo que caracteriza o ser do mundo móvel – e este nos parece ser o sentido de *all' è toũto hó pote òn éstin ho khrónos* –, ele aparece, então, como o lugar de alma e mundo, como conjução de numerante e numerado, sem que, por conta disso, seja o tempo algo como um *hypokeĩmenon*.

Por fim, o uso de OPO no tratado do tempo parece assinalar um lugar que não é fixo no sentido da permanência – embora possibilite a permanência e o perdurar – e que, bem antes de ser um lugar, é uma dimensão, a dimensão de articulação entre o mesmo e o outro.

### **Referências Bibliográficas**

ARISTÓTELES. *Aristotle's Physics*, a revised text with introduction and commentary by W. D. Ross. Clarendon Press, Oxford: 1998 (<sup>1</sup>1936).

MARGEL, Serge. *Le Concept du Temps*. Ed. Ousia, Bruxelas: 1999.

TORSTRIK, Adolf. “Ueber die Abhandlung des Aristoteles von der Zeit, Phys. D 10 ff.”, em *Philologus*, t. XXVI (1867).

BRAGUE, Rémi. *O Tempo em Platão e Aristóteles*. Trad. de Nicolás N. Campanário. Ed. Loyola, São Paulo: 2006.